



CRECHE

CNIS mantém recomendação para não utilização da plataforma VAGA

CONSELHO GERAL

CNIS rejeita figura do Provedor da Autonomia



VIDA NORTE

Instituição trabalha para que nenhuma grávida se sinta sozinha



AURPICAS

Centro de Dia já funciona em pleno após destruição total devido às cheias



HUMANITAS

Insuficiência dos apoios é “um atentado à sustentabilidade das instituições”

Opinião

Eugénio Fonseca



ESTADO E SOCIEDADE

Complementariedade e cooperação

As relações entre o Estado e as diferentes Organizações da sociedade civil têm sido alvo de muitos debates, mas permanecem em muitas mentes algumas indefinições e até confusões. No setor da solidariedade social são evidentes, desde logo, na narrativa muitas vezes utilizada. Apesar de estarmos na era

da robótica e da inteligência artificial, nunca foi tão importante dar sentido às expressões que se utilizam. O verdadeiro sentido semântico de cada palavra, pode ajudar a esclarecer assuntos envolvidos em alguma complexidade.

Deixo três desses assuntos que me parecem paradigmáticos. Um é a

referência à tutela do Estado sobre as instituições da sociedade. Ora, estas têm, segundo a lei, órgãos estatutários que têm essa finalidade. O Estado tutela os organismos oficiais e não os civis; outro é a de se dizer que são entregues às instituições milhões de euros, quando, na verdade, o Estado lhes confia, determinada parte do seu orçamento para a realização de fins que estão definidos em acordos celebrados entre as partes, mas que se destinam a públicos-alvo concretos. Sem dúvida alguma, que o Estado tem o dever de assegurar a correta utilização dessas verbas e responsabilizar, civil e criminalmente, quem não cumpre com os acordos estabelecidos. O outro exemplo, é o de dirigentes de instituições dizerem que estão a fazer o que compete ao Estado. Sei que, em muitos casos, é um desabafo

resultante das dificuldades que têm na relação com as estruturas oficiais. Se assim fosse, o dever primordial seria fazer com que o Estado cumprisse as suas obrigações. Mas não; é um direito, e mesmo um dever de cidadania da sociedade organizar-se nos designados órgãos intermédios, para, subsidiariamente, e em colaboração mútua, construírem maior equidade social e mais solidariedade. É a aplicação do princípio democrático fundamental da subsidiariedade.

Não é possível, por falta de espaço, aprofundar o assunto em apreço, mas deixo algumas ideias que me parecem fundamentais. O Estado, como ordenação jurídica da sociedade, é posterior a esta e tem, como finalidade primeira, servi-la e nunca anular as suas potencialidades de participação. É um dos princípios basilares do

pensamento social da Igreja Católica que afirma: “nem o Estado nem sociedade alguma deveriam substituir-se à iniciativa e à responsabilidade dos grupos sociais intermédios nos níveis em que estes podem agir”.¹

Ao Estado compete a implementação de políticas públicas, de modo a assegurar a universalidade do acesso à igualdade de oportunidades para que ninguém fique excluído dos direitos que permitam viver com dignidade; compete-lhe zelar pelo cumprimento dessas políticas e responsabilizar quem atenta contra essa dignidade e atrapalha o bem comum.

Há quem diga que prefere menos, mas melhor Estado. Eu prefiro que o Estado e a sociedade caminhem juntos, cada qual com boas iniciativas e no que lhe compete, numa complementariedade e cooperação mútuas.

¹ Cf. Instrução *Libertatis Conscientia*, (22.03.1986), 73

Opinião

José Figueiredo
Economista

Consequências económicas da guerra

Algo de estranho vai por este nosso vasto mundo.

Estamos talvez perante a mais estúpida guerra dos tempos modernos. Passadas algumas semanas sobre o início das hostilidades e depois da destruição maciça de ativos civis e militares, depois de milhares de mortos, ainda não sabemos exatamente quais os objetivos que motivaram a agressão a um país soberano com o qual, aliás, estavam em curso negociações diplomáticas envolvendo os agressores.

As consequências económicas desta guerra serão gravíssimas mesmo que um qualquer acordo político ou a rendição do Irão termine com as hostilidades num prazo relativamente curto, digamos um par de semanas.

Os danos nas infraestruturas energéticas do golfo Pérsico nalguns casos podem levar anos a reparar e é tudo menos garantido que, mesmo um Irão humilhado e vencido militarmente, não se transforme num foco de ainda maior instabilidade política, económica e mesmo militar na região.

Os preços da energia vão manter-se

elevados durante muito tempo, um surto inflacionista é inevitável embora as consequências desse surto na política monetária, isto é, o impacto nas taxas de juro seja, por agora, difícil de antecipar.

Os bancos centrais vão encontrar-se no mesmo dilema que enfrentaram à saída da pandemia quando deslocções e desencontros entre oferta e procura produziram o primeiro impulso inflacionista ainda em 2021, depois exacerbado pela invasão da Ucrânia pela Rússia no início de 2022.

Se o atual surto inflacionista for visto pelos banqueiros centrais como transitório a melhor atitude é não fazer nada. Na verdade subir as taxas de juro não faz baixar os preços do petróleo ou do gás natural. Subir as taxas de juro é eficaz quando a fonte da inflação é o sobreaquecimento da procura, contudo, pouco pode fazer quando a fonte inflacionária vem de choques do lado da oferta.

O problema está em saber quanto dura o “transitório” e quais os seus impactos na psicologia coletiva da inflação ou, para usar o jargão dos economistas,

saber em que medida as expectativas inflacionistas são arrastadas pelo impulso inflacionário por mais “transitório” que ele possa parecer.

Algum desvio das expectativas será sempre inevitável, contudo, se for limitado na extensão e no tempo, a resposta dos bancos centrais pode ser moderada, digamos um ou dois aumentos de 25 pontos base nas taxas de juro de referência. Não obstante, seria imprudente excluir o cenário em que as expectativas ficam persistente e significativamente desancoradas dos objetivos o que pode obrigar a uma resposta robusta dos bancos centrais com aconteceu em 2022/2023.

Se for necessário subir as taxas de juro para trazer a psicologia coletiva da inflação para terreno saudável uma recessão económica é altamente provável. Pode ser o preço a pagar para não entrar numa espiral indesejável de estagflação, ou seja, num ambiente em que os preços sobem mesmo numa economia deprimida.

As recessões são normais em economias capitalistas – é difícil encontrar períodos de dez anos em que não ocorra pelo menos uma recessão. O atual choque energético também não é inédito – vivemos o choque do petróleo nos anos setenta do século passado o qual conduziu a uma espiral inflacionista que só foi possível vencer à custa de uma recessão brutal no início dos anos oitenta.

Contudo, embora a atual situação não tenha nada de inédito – o choque petrolífero dos anos setenta também foi consequência de uma guerra – a

verdade é que a margem de manobra das políticas públicas para combater a crise é agora muito mais reduzida.

Na meada dos anos setenta a dívida pública dos países do G7 andava pelos 20% do PIB, hoje está próximo dos 100%. É verdade que na época do primeiro choque petrolífero a generalidade dos países já corria habitualmente déficits públicos, mas estes andavam pela casa dos 2% do produto o que comprara com valores de pelo menos o dobro na média dos valores dos membros do G7 hoje em dia.

O que pretendemos representar é que podemos ter caído uma situação em que, como diz o aforismo popular, é-se preso por ter cão e preso por não ter, ou seja, uma situação em que o estímulo da economia pode ser impossível ou indesejável. Do lado da política monetária qualquer estímulo será inadequado se a inflação trepar para valores que ponham em risco a ancoragem das expectativas, do lado das políticas fiscais o estímulo pode não ser possível dada a situação de partida da dívida e do défice.

Portugal será das poucas economias de capitalismo avançado em que existe margem orçamental para acomodar algum estímulo à economia.

No entanto, seria estulto pensar que estamos numa situação favorável no contexto económico global.

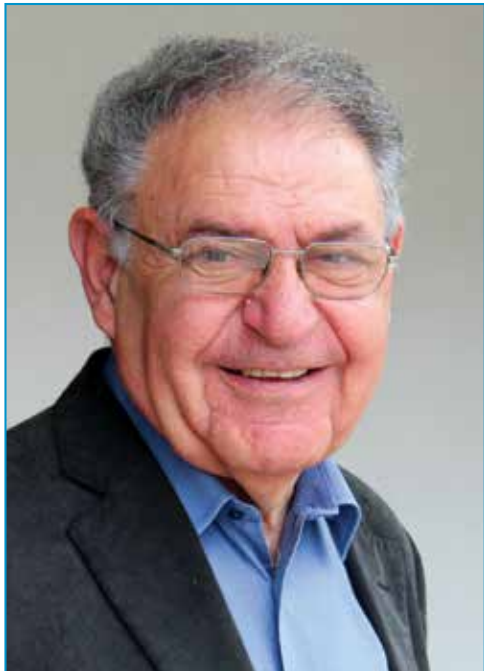
Desde logo porque a política monetária é decidida em Frankfurt e vai ter em conta a realidade global da zona euro na qual pesamos uns insignificantes 2% - em matéria de taxas de

juro, se houverem de subir, apanhamos como os outros. Por outro lado, o excedente orçamental de 2025 vai valer-nos de pouco se as coisas ficarem mesmo feias. Passar de excedente a défice gordo é um instantinho se uma recessão se instalar na economia global e na zona euro. Por outro lado, a trajetória descendente da dívida pública portuguesa, por mais notável que seja, deixou-nos, à entrada desta crise, próximo dos 90% do produto, o que, obviamente, não obstante a excelência do percurso, é um indicador muito elevado para uma economia frágil e periférica. Lembrar, a propósito, que aquando da crise de 2008/2009, a dívida pública portuguesa era de 70% do PIB e todos nos lembramos de como a história acabou.

Obviamente não sabemos como isto vai acabar. À hora a que escrevo o pior, ou seja, uma escalada da guerra para níveis absurdos de destruição de infra estruturas civis, nomeadamente instalações energéticas do Irão e dos estados produtores do golfo Pérsico, parece ter sido evitado, pelo menos temporariamente.

Mas, mesmo que as hostilidades fiquem por aqui, os estragos são já de tal monta que uma putativa normalização do mercado será ilusória ainda durante muito tempo.

Resta aguardar que os eleitores americanos em novembro atribuam a devida punição a um presidente enlouquecido que arrastou a América e o mundo para uma guerra sem sentido, mas com custos económicos que nos afetarão a todos.



Lino Maia
Presidente da CNIS

Editorial

Autonomia das IPSS

1. Em Portugal há um mundo de Instituições Particulares de Solidariedade Social. Constituídas no dever da solidariedade ou no exercício da cidadania. Todas legítimas e que são um pilar fundamental do Estado Social.

Sendo de ereção canónica, muitas Instituições estão ligadas à Igreja Católica (IPSS), outras, porém, muitas e igualmente importantes, estão associadas a outras Religiões ou, simplesmente, são simplesmente laicas. Igualdade na legitimidade e igualdade na importância entre elas. Entre associações, cooperativas e fundações de solidariedade social, casas do povo, centros sociais paroquiais, institutos de organização religiosa, misericórdias e mutualidades há um total que ultrapassa as 5.500 IPSS. Dizem-se particulares para não haver confusão sobre os seus fins, porque, se se apresentassem como privadas, poderia fazer admitir que tivessem fins lucrativos. Mas não têm: são constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos. Visando, a justiça social e a proteção de cidadãos vulneráveis, estas Instituições realizam atividades de solidariedade social (apoio a idosos, crianças, famílias, pessoas com deficiência). Com valiosos contributos na educação, na justiça, na proteção social e na saúde.

Estando a generalidade das IPSS associadas em alguma das quatro Entidades Representativas do Sector Social Solidário (ERSSS), cerca de 3.100 estão associadas na Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), enquanto outras, legitimamente, estão, tanto na Confederação Cooperativa

Portuguesa (CONFECOOP), como na União das Misericórdias ou na União das Mutualidades. Todas de dimensão diferente, mas de igual importância. Porém, há IPSS que seguem o seu caminho. Com legitimidade. Útil, porque solidário. Mas bom seria que todas as IPSS estivessem associadas em alguma das quatro ERSSS, até porque a dimensão dá força e as resoluções na Cooperação a todas se aplicam.

No contexto de um Estado Social de Direito, como Portugal, compete ao Estado, através do Governo, definir as prioridades e os programas de ação social, garantindo a administração da componente pública do sistema de segurança social, a regulação, a supervisão prudencial e a fiscalização de regimes complementares de segurança social. Com estas políticas visa-se promover a justiça social, reduzir desigualdades, proteger os cidadãos (desemprego, velhice, saúde) e assegurar melhores condições de vida.

Embora o Estado defina as regras, a legislação estabelece que, preferencialmente, as intervenções devem ser realizadas pelas entidades mais próximas dos cidadãos, garantindo a sua personalização e flexibilidade, pelo que a ação social pode ser desenvolvida em cooperação com autarquias, mas, preferencialmente, com instituições particulares sem fins lucrativos (IPSS), sujeitas, porém, à regulamentação e fiscalização estatais.

2. A autonomia das Instituições Particulares de Solidariedade Social é um princípio jurídico fundamental que garante a liberdade de gestão, a organização e a atuação destas Instituições de natureza plural. Embora possam colaborar com o Estado na ação social (e a quase totalidade coopera), as IPSS exercem as suas atividades por direito próprio, respeitando a sua identidade e os fins de solidariedade social.

Consagrado no Estatuto das IPSS (artigo 3º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014), o princípio da autonomia assegura que o apoio do Estado não pode limitar a livre atuação das instituições e assenta no respeito da identidade das instituições e na aceitação de que, salvaguardando o cumprimento da legislação aplicável, exercem as

suas atividades por direito próprio e inspiradas no respetivo quadro axiológico (nº 1), e, com respeito pelas disposições estatutárias e pela legislação aplicável (nº 2), as instituições estabelecem livremente a sua organização interna.

Sendo um princípio jurídico, porém a autonomia não é absoluta porque, não só se impõe a salvaguarda da legislação aplicável como é necessária uma certa sujeição à tutela do Estado, que fiscaliza a conformidade legal, a qualidade dos serviços e a aplicação das participações financeiras.

3. No nº 1 do 3º artigo dos seus Estatutos, a CNIS assume como um dos seus fins “acautelar a autonomia das mesmas instituições (suas associadas), sobretudo ao nível da livre escolha da organização interna e áreas de ação, bem como da sua liberdade de atuação”.

Desse modo, quando uma Instituição se associa na CNIS tem salvaguardada a defesa da sua autonomia. A mesma autonomia estará acautelada nas outras três ERSSS (CONFECOOP, UM e UMP). Todavia, apesar de poder não ser saudável “multiplicar entes sem necessidade”, qualquer Instituição não faz perigar a sua autonomia quando decide contratar ou confiar a uma determinada pessoa que providencie pela sua autonomia.

Porém, impor um messiânico provedor a uma Instituição é afrontar grosseiramente a autonomia da Instituição. E, por muito credíveis e aglutinadoras que sejam, algumas Instituições tomarem a iniciativa de impor um Provedor a todo o universo de Instituições não só seria abusivo como atentaria contra a liberdade de escolha e os fins das Entidades Representativas do Sector Social e Solidário.

Um provedor para zelar pela autonomia de todas as IPSS só seria admissível se fosse escolhido pelo conjunto de todas as IPSS, de todas as suas origens, de todas as afinidades e de todas as Entidades Representativas. Missão impossível num conjunto plural, tanto nas suas naturezas, como nas suas origens, fidelidades, opções ideológicas, laicas ou religiosas.

Para melhor, está bem, está bem - para pior, já basta assim!...

DR



PORTAL DAS MATRÍCULAS É DE APLICAÇÃO EXCLUSIVA À REDE PÚBLICA

Processo de inscrição/matrículas deve ser feito apenas diretamente na instituição

Enquanto parte integrante da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar, a CNIS realizou, durante vários anos, junto do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), “uma insistência na necessidade de o Portal das Matrículas reconhecer as especificidades da rede solidária, nomeadamente a prioridade das crianças que já frequentam a resposta social Creche no acesso à Educação Pré-Escolar da mesma instituição”, refere uma nota da Direção, onde se lê que, “apesar do reconhecimento pelo MECI, tal nunca se concretizou”.

O Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário prevê, desde o protocolo para o biénio 2023-2024, que “os Despachos Normativos n.º 6/2018, de 12 de abril e n.º 10-A/2018, de 19 de junho, na sua redação atual, que determinam os critérios de matrícula, renovação de matrícula e constituição das turmas não se aplicam aos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede solidária, que têm critérios próprios definidos nos respetivos regulamentos internos de funcionamento”.

Pese embora este reconhecimento, o

mesmo documento prevê, igualmente, que “cada instituição deve refletir no Portal das Matrículas os dados recolhidos nos processos próprios de inscrição, bem como confirmar ou rejeitar as matrículas recebidas por esta via”.

Com a recente alteração efetuada “unilateralmente” pelo MECI ao portal, “sem articulação prévia com a rede solidária”, passando o Portal das Matrículas a ser de aplicação única e exclusiva à rede pública, “as instituições da rede solidária que desenvolvem a resposta de Educação Pré-Escolar devem manter

o processo de inscrição/matrículas apenas diretamente na instituição, de acordo com os critérios próprios, definidos nos respetivos regulamentos internos de funcionamento, informando os encarregados de educação”.

“Reforçando a necessidade de ser efetuado o reporte de informação de caracterização das crianças que frequentam a Rede Nacional Educação Pré-Escolar, evidenciando a representatividade da rede solidária neste âmbito, a CNIS aguarda informação sobre o novo sistema que será utilizado para este efeito”, remata a Confederação.

INSTITUIÇÕES TÊM DE CUMPRIR CONDIÇÕES DE ACESSO

Pedidos de isenção de aviso ao PROCLOOP até dia 16 de novembro



O Instituto da Segurança Social (ISS) informou as Entidades Representativas do Sector Social Solidário (ERSSS) de que foi aprovada a isenção de procedimento de candidatura ao PROCLOOP a vigorar em 2026 que contempla a celebração ou revisão de acordos de cooperação.

Desde o dia 14 de abril até 16 de novembro de 2026 estará disponível, na página da Segurança Social Direta (SSD), a plataforma para submissão dos pedidos das instituições.

Assim, por Despacho conjunto da secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão e da secretária de Estado da Segurança Social, “foi aprovada a isenção de procedimento de candidatura ao PROCLOOP a vigorar em 2026 que contempla a celebração ou revisão de acordos de cooperação”, tendo em conta:

1 - As respostas sociais elegíveis financiadas pelo Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES);

2 - As respostas sociais financiadas pelos Programas Operacionais Regionais, por via de documento emitido pela Segurança Social, designadamente o respetivo parecer de prioridade social, independentemente da respetiva natureza

vinculativa;

3 - As respostas sociais elegíveis financiadas no âmbito do PRR;

4 - A celebração de novos acordos relativos à resposta social Creche, atendendo à necessidade urgente de reforçar os lugares abrangidos pela gratuitidade na rede social e solidária, face ao aumento significativo da respetiva procura”.

À exceção das respostas elegíveis financiadas pelo PARES, a percentagem máxima de utentes a abranger por acordo face à capacidade instalada por resposta social é respetivamente: Respostas nas áreas da Infância e Juventude e de Idosos – 80% de utentes a abranger; Respostas na área da Deficiência – 95% de utentes a abranger; Respostas atípicas – 100% de utentes a abranger.

“Relativamente à resposta Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), no ponto 1, o número de utentes a considerar é de 100% dos lugares intervencionados, correspondendo a percentagem de serviços igualmente a 100%. A entidade pode optar por considerar uma percentagem média de serviços 125%, desde que o número de utentes não ultrapasse os 80% da capacidade”, lê-se na nota assinada pelo presidente do ISS, Pedro Corte Real.

No que diz respeito aos projetos financiados nos âmbitos do PRR e dos Programas Operacionais Regionais, “será considerado o número de lugares intervencionados até ao limite de 80% da capacidade, com uma percentagem média de serviços no máximo de 125%”. No entanto, “caso o acordo já abranja mais do que 80% dos utentes face à capacidade instalada, a percentagem média não pode ultrapassar os 100%”.

Assim, desde o dia 14 de abril até 16 de novembro de 2026, na página da Segurança Social Direta (SSD), estará disponível a plataforma para submissão dos referidos pedidos, os quais devem ser efetuados assim que estiverem garantidas as condições de acesso e a elegibilidade da despesa nos referidos programas, constantes dos pontos 1, 2 e 3.

CRECHE

CNIS mantém recomendação para não utilização da plataforma VAGA

Na sequência das comunicações efetuadas sobre a aplicação VAGA – Sistema de Gestão de Vagas de Creches, a 2 e 10 de abril, a CNIS renova junto de todas as instituições associadas a informação “que se encontra pendente a realização de trabalhos conjuntos de introdução de alterações e melhorias à aplicação”, assumida pelo Instituto da Segurança Social (ISS), na reunião realizada a 9 de abril com as Entidades Representativas do Setor Social e Solidário (ERSSS).

Tendo conhecimento da circulação de informação divergente, nomeadamente do envio de um documento de FAQ às IPSS, com indicação da entrada em vigor deste sistema a 9 de abril e reforçando a obrigatoriedade da sua implementação, “a CNIS solicitou os devidos esclarecimentos junto do Conselho Diretivo do ISS, que ainda aguarda”, lê-se na nota emitida pela Confederação, no dia 30 de abril.

Assim, e pelos motivos anteriormente apresentados, a CNIS “mantém a recomendação de não utilização desta ferramenta, continuando cada instituição a aplicar os procedimentos em vigor no respetivo regulamento interno”.

Na mesma missiva, a CNIS relembra às instituições “que o pagamento das participações financeiras da Segurança Social em Creche, à semelhança das restantes respostas sociais, é efetuado de acordo com a comunicação de frequências realizada mensalmente na plataforma Segurança Social Direta”, termina a nota.

A CNIS informará as Associadas de eventuais alterações que venham a ocorrer.

VIDA NORTE, PORTO

Há 27 anos a ser a mãe das mães em situação de fragilidade

No passado dia 28 de abril, a Vida Norte, IPSS sedeadada no Porto, assinalou 27 anos de trabalho de acompanhamento, de capacitação, de integração, de prevenção e de apoio na tomada de decisão de mulheres grávidas e suas famílias.

Ao longo destas quase três décadas, a Vida Norte já impactou mais de 14.000 pessoas, acompanhando, em média, 90 mães por mês, a que se juntam mais quase 40 beneficiárias de apoio material.

Sob o lema «Para que nenhuma grávida se sinta sozinha», a instituição apoia grávidas e bebés em situação de fragilidade, no Porto e em Braga, onde tem uma delegação. O acompanhamento que a Vida Norte presta é durante o período da gravidez e primeiros meses de vida do bebé. Já foi até aos 18 meses, mas atualmente é apenas até ao sexto mês de vida da criança.

“Apoiamos a mulher grávida física, psicológica e materialmente, para além de lhe fornecermos competências parentais”, sustenta Margarida Corte-Real, coordenadora geral da instituição, sublinhando: “Para que ninguém siga o caminho do aborto por falta de apoio. Queremos capacitar as pessoas para poderem decidir em liberdade”.

A Vida Norte funciona num edifício no Porto, cedido por comodato por uma família da cidade, pelo qual nada tem de pagar, e onde cerca de metade das mulheres apoiadas chega por ter tomado conhecimento através de outras pessoas apoiadas.

“O boca a boca ainda é a nossa maior fonte de referenciação das mulheres a apoiar, depois chegam-nos por indicação das mais diversas entidades sociais, privadas e estatais, como as CPCJ ou os Serviços Sociais dos hospitais do Porto”, revela Margarida Corte-Real, referindo a questão das mulheres e mães migrantes que, na Vida Norte, “são apoiadas mesmo ainda estando em situação administrativa irregular no país”.

“Como não temos acordo de cooperação com a Segurança Social, podemos trabalhar de forma diferente de outras instituições que têm acordos com o Estado”, explica, revelando ainda que “os pedidos de ajuda têm crescido nos últimos anos”, acrescentando: “Quando não temos resposta para a situação, encaminhamos as pessoas para outras entidades parceiras”.

No Porto, a instituição funciona com sete recursos humanos, quatro dos quais são psicólogas, e três em Braga, com duas psicólogas. Igualmente fundamental para o funcionamento da instituição é o corpo de voluntários: 20 regulares no Porto e 5 em Braga.

“As voluntárias fazem um trabalho extraordinário”, destaca Pedro Ferreira da Silva,



vice-presidente da Vida Norte, nomeadamente a selecionar e catalogar os bens doados, como roupa, brinquedos e todo um conjunto de coisas necessárias aos bebés, que pessoas e empresas doam à IPSS.

Aliás, a ausência de acordo de cooperação com a Segurança Social, faz com que a Vida Norte viva de donativos, parcerias com entidades privadas e da boa-vontade de muita gente.

“Somos peritos a pedir”, ironiza Pedro Ferreira da Silva, com Patrícia Teles, responsável pela angariação de fundos, a lembrar que “a instituição faz campanhas em supermercados e farmácias, promove concertos e outros eventos de angariação de fundos”.

“A rede informal é fantástica e só desta forma conseguimos fazer este trabalho notável”, acrescenta Patrícia Teles.

À instituição chegam roupas, calçado, brinquedos, berços, banheiras, comida para bebé, produtos de higiene, como fraldas, toalhetes e cremes vários, entre outros, de empresas e particulares. A instituição recebe também donativos financeiros regulares e pontuais, de montantes muito diversos, desde pequenos contributos mensais até apoios anuais de grande expressão. “A nossa rede de mecenas é essencial e extraordinária”, afirma o «vice» da instituição, frisando: “Daí a nossa aposta num fundraising profissional”.

Com um orçamento para 2026 na ordem dos 350 mil euros, a Vida Norte tem também na Consignação do IRS, desde o ano passado 1%, outra importante fonte de financiamento.

“É muito importante para a instituição porque ainda rende um valor significativo. No ano passado foram cerca de 25% do orçamento da instituição. E nos últimos três anos, o número de pessoas que nos consigna o IRS quase duplicou”, revela Patrícia Teles.

Com donativos em espécie, financeiros e tempo, “que é muito importante”, a angariação de fundos na Vida Norte assume três formas essenciais, como explica Patrícia Teles: “Os projetos a que apresentamos candidatura; a organização de eventos, como a nossa Gala, que será dia 1 de junho próximo, os sunsets e concertos solidários, etc.; e os mecenas e grandes doadores”.

Atualmente, a Vida Norte está a desenvolver o projeto «Mum Patrol», apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Trata-se de uma intervenção em formato de visitas domiciliárias, pré e pós-parto, que presta apoio na área da saúde às grávidas e mães, através de uma equipa formada por uma psicóloga e uma enfermeira especialista em saúde materno-infantil.

“É um projeto desafiante”, afirma Margarida Corte-Real, que acrescenta: “Há mães que não têm acompanhamento

médico pós-parto e nós queremos colmatar essa lacuna”.

No dia-a-dia, a instituição faz atendimento das mulheres na sua sede e faz acompanhamento domiciliário no contexto da família.

“São poucos os homens que participam, apesar de os tentarmos envolver. Dantes eram mais famílias monoparentais que aqui vinham, agora já não, o que não significa que as relações sejam funcionais”, realça Margarida Corte-Real, por isso, “o acompanhamento psicológico é essencial em contextos desestruturados, de violência doméstica, para que seja possível mostrar caminhos de saída”, acrescenta.

“Queremos estar ao lado da mulher grávida, dando-lhe o apoio e as competências para que escolha em liberdade o caminho que quer seguir”, reforça a coordenadora geral da instituição, ao que a psicóloga Ana Sampaio Bahia acrescenta sobre o que a Vida Norte faz: “Nós vemos nascer as mães, porque no ato do nascimento todos tratam dos bebés e nós tratamos das mães. Somos as mães das mães”.

Em vésperas do aniversário, o presidente da CNIS, padre Lino Maia, visitou a Vida Norte, deixando a garantia aos responsáveis pela IPSS do apoio institucional da Confederação na tentativa de se alcançar um acordo atípico com a Segurança Social.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTO)

SEMINÁRIO DE LEIRIA

CNIS reúne com associadas da Zona Centro no dia 20 de maio

A CNIS vai realizar, no Seminário de Leiria, dia 20 de maio, o segundo Encontro Regional com as Uniões Distritais, Federações e IPSS da Zona Centro, com participação exclusiva dos dirigentes das associadas de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu e da FAPPC e da Humanitas nestes distritos, entre as 14h00 e as 17h00.

A participação no encontro é gratuita, mas de inscrição obrigatória até ao dia 13 de maio.

O encontro terá a manhã dedicada a uma reflexão conjunta entre as Uniões da respetiva região, as Federações e a Direção da CNIS, sendo a tarde aberta à participação das instituições associadas.

O Programa de Ação da CNIS para o ano de 2026 inscreve uma ação que, tendo como objetivo garantir e afirmar a identidade e autonomia das IPSS, assim como os valores que orientam a sua ação, consiste na realização de encontros regionais com as Uniões e as Federações.

PEDEPE - PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Dia 11 de maio inicia-se a consulta e análise das candidaturas

Terminadas as candidaturas para a compensação do diferencial remuneratório dos Educadores de Infância no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar (PEDEPE), no dia 8 de maio, inicia-se dia 11 o período de consulta e análise.

Assim, de 11 a 29 de maio, no período de consulta e análise das candidaturas, a plataforma fica para consulta, entrando no sistema o ficheiro da Segurança Social, para cruzamento de dados entre a informação introduzida pelas instituições na candidatura e as DMR – Declarações Mensais de Remunerações registadas na SSD – Segurança Social Direta).

Para as instituições que cumprirem todos os requisitos nos diversos períodos do processo no âmbito do PEDEPE, o apoio financeiro traduzir-se-á na compensação pela diferença entre a remuneração média mensal dos educadores de infância da educação pré-escolar e o valor de referência 1.154,70 euros e será pago em 12 mensalidades (setembro a agosto), reportadas a 14 prestações mensais, acrescido do adicional para compensação dos encargos legais com a Segurança Social e com a cobertura dos riscos de acidente de trabalho e doença profissional.

Para alcançar tal desiderato, as instituições terão ainda que passar por mais duas fases, cujos prazos devem cumprir

escrupulosamente.

De 1 a 23 de junho: análise e correção das candidaturas, o momento para corrigir todos os erros da candidatura, sejam os identificados pela AGSE relativamente a ausências ou os detetados pelas Instituições após a submissão; de 24 de junho a 8 de julho: período de reclamação, em que fica disponível na plataforma o documento com o cálculo provisório da compensação a atribuir, devendo as instituições verificar se o mesmo está correto e, se necessário, contestarem o valor. Se até 8 de julho as instituições não apresentarem eventuais alegações em contrário, será disponibilizada na plataforma a decisão final. Após esta data, é encerrada a participação das instituições no Programa, não havendo lugar a correções e/ou submissões de candidaturas.





- BUROCRACIA
+ TEMPO PARA EDUCAR
CONHEÇA O eSOCIAL INFÂNCIAI

- ✔ Planificação simples e integrada
- ✔ Bloco de Notas para registar o que realmente importa
- ✔ Avaliação automática com base no que regista
- ✔ Comunicação segura e privada com as famílias



participe no

HEALTHY TALKs

by F3M

Espaço de partilha

Diálogo aberto e construtivo sobre os principais desafios enfrentados pelas instituições

Partilha de experiências e reflexão conjunta sobre práticas de sucesso

▼

Melhoria contínua na prestação de cuidados













saiba mais em
www.f3m.pt

AURPICAS, ALCÁCER DO SAL

Três meses depois das cheias 40 utentes regressaram ao Centro de Dia

A AURPICAS - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcácer do Sal foi uma das IPSS que, no final de janeiro, sofreu bastante com as intempéries, denominadas de “Comboio de Tempestades”. No caso da instituição do distrito de Setúbal, a forte e repentina subida das águas do rio Sado deixou um rasto de destruição que começou com a evacuação das instalações do Centro de Dia e do Lar e que manteve a AURPICAS inoperacional até ao dia 20 de abril, dia em que os utentes do Centro de Dia regressaram.

“A 28 de janeiro, estávamos na instituição, chovia e perto das 13h00 a água já subia na rua, algo que, muitas vezes, é normal devido à subida da maré”, começa por contar Paula Vasques, diretora de serviços da instituição, prosseguindo: “No entanto, rapidamente me apercebi que não devia ser a maré e a água depressa começou a chegar ao portão da nossa entrada. Nessa altura, disse à minha equipa para arranjar os jantares para os utentes do Centro de Dia, para levá-los a casa, entre as 14h00 e as 15h00, e avisar as famílias. E assim fizemos”.

Mas a alteração da rotina ainda só estava a começar... “Cerca das 16h30, vejo a água a vir do lado contrário e a subir com muita força. E sempre ouvi dizer aos antigos que, quando a água vem do lado dos panificadores, rapidamente está dentro da AURPICAS. E assim foi...”, recorda Paula Vasques, que logo acionou o Plano de contingência: “Às 17h00, liguei para os bombeiros e para a Câmara Municipal e retirámos os 20 idosos do centro de alojamento para a Residência Jorge Marques, que a nossa outra ERPI que tem 48 utentes”.

Nos primeiros dias, os mais autónomos estiveram com as suas famílias e os mais dependentes na

Residência Jorge Marques, onde foi desativado o ginásio e duas salas de convívio, onde foram instalados os idosos “em camas articuláveis que tínhamos do tempo da COVID”.

A decisão de evacuar o Lar, “não foi com medo que a água chegasse onde chegou, até porque foi construído num ponto mais alto, mas com o receio de ficar isolado e não haver possibilidade de retirar algum idoso em caso de necessidade”, conta a diretora de serviços, acrescentando: “A água subiu muito, mas no dia seguinte baixou e ainda fizemos a limpeza do Lar. Houve uma empresa que nos colocou aqui um gerador para podermos funcionar, porque não havia energia na Avenida dos Aviadores, trazermos os idosos e voltarmos à normalidade”.

Só que a responsável pela instituição não esperava que acontecesse o que se seguiu: “Quando estávamos em limpezas no Centro de Dia, tivemos que sair rapidamente, porque a água começou a subir muito e depressa. No dia 4 de fevereiro chegou ao ponto mais alto, isto é, 3,10 metros no Centro de Dia e 2,70 metros no lar. Ou seja, no Centro de Dia a água chegou ao teto”.

Três meses menos uma semana abria portas, em pleno funcionamento, mas as instalações ainda permaneciam sem portas interiores, aquando da visita do Solidariedade, no dia 29 de abril.

“O lar teve uma destruição muito grande, porque é uma construção mais recente. Aqui, no Centro de Dia, foi mais fácil recuperar as instalações, porque são forradas a azulejo. No lar, as paredes são de estuque, que assimilou a água e agora está tudo a desfazer-se. Ficámos sem roupeiros, que eram embutidos nas paredes, sem portas, sem mesinhas de cabeceira e sem cómodas, sendo que a única coisa que conseguimos aproveitar, e porque



são de uma madeira mais antiga, foram as camas. O nosso mobiliário é todo pintado à mão. Foi tudo para a fábrica, foi retocado e já está de volta. Do que era madeira, só se aproveitaram as camas”, recorda, descrevendo os prejuízos no Centro de Dia: “Só se aproveitaram as mesas e as cadeiras. De resto, não se aproveitou mais nada. Não ficámos com um garfo, o equipamento da cozinha teve de ser todo substituído. A destruição foi total aqui no Centro de Dia. Quando voltámos o cheiro era nauseabundo. As arcas frigoríficas desapareceram, porque foram levadas pela água, tal como as mesas e cadeiras da nossa esplanada. Apareceram há dois dias, dois bancos em Montevil, que fica a 26 quilómetros. O resto não sabemos onde está”.

E se a tragédia trouxe à tona algo de positivo foi a enorme onda de solidariedade em torno da instituição.

“Temos sentido muita

solidariedade à nossa volta. Logo na semana seguinte, inscrevemo-nos em tudo o que era possível para conseguir ajuda, mas o Centro de Dia já abriu graças a essa solidariedade que nos envolveu. Houve festas de fado, teatro, muitos donativos particulares de valor muito bom, empresas que ajudaram, pintaram os exteriores, ajudaram nas limpezas e houve uma empresa que nos ofereceu 50 cadeirões. Para além disso, tivemos muitos amigos que vieram ajudar. A AURPICAS foi alvo de uma grande onda de solidariedade”, sustenta, emocionada, Paula Vasques, revelando que a sala de jantar do Lar vai ser requalificada pelo «Querido, Mudei a Casa».

“Tivemos um prejuízo de perto de um milhão de euros, o que para uma IPSS é incomportável, pelo que estes amigos e empresas foram fundamentais. Temos seguros, fizemos uma candidatura ao IEFEP que foi contemplada, inscrevemo-nos numa plataforma

na qual submetemos os orçamentos da lavandaria, que também nos contemplou e até meados de maio iremos receber algum valor da Segurança Social o que servirá para financiar o regresso das duas valências afetadas”, sustenta, afirmando que a prioridade é colocar novamente os idosos no Lar.

“A prioridade agora é trazer os idosos para o lar. Todos os dias sou confrontada por eles a perguntarem ‘quando é que vamos para a nossa casa?’. E isto toca-me bastante”, conta, revelando que, durante estes quase três meses, os utentes do Centro de Dia receberam apoio como se fossem utentes do SAD.

Sobre o impacto da tragédia na sustentabilidade financeira da instituição, Paula Vasques é clara: “Vamos ficar com alguns problemas, mas temos conseguido, não estamos com a corda na garganta. Penso que vamos conseguir manter a estabilidade que tínhamos antes da cheia”.

CONSELHO GERAL

CNIS repudia e rejeita a figura

O Conselho Geral da CNIS, reunido, em Fátima, no dia 4 de maio, rejeitou, por larga maioria, a criação, à revelia da Confederação, da figura do Provedor da Autonomia das Instituições de Solidariedade, uma posição tomada através da votação de uma moção de repúdio e rejeição, proposta pela UIPSS Coimbra, que recolheu 18 votos a favor e três contra.

Aliás, este tema foi a razão da antecipação do Conselho Geral, a pedido de algumas Uniões Distritais, tornando-se o principal assunto em debate em Fátima.

Recorde-se que a informação da criação da figura do Provedor da Autonomia das Instituições de Solidariedade chegou à CNIS na última Assembleia Geral, em 28 de março, o que causou, desde logo, algum mal-estar no seio da Confederação.

Coube ao presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Carlos Batalha, lançar o tema no Conselho Geral, afirmando, logo de início, que a situação lhe causou “preocupação” quando dela tomou conhecimento.

“Causou-me preocupação, porque, como presidente da Mesa da Assembleia Geral, compete-me ser um elo de união, garantir a transparência, promover a participação ativa, ser um agente de coesão e defender o respeito institucional”, começou por dizer, afirmando-se “perplexo”.

“Temos de falar a uma só voz e estamos aqui por direito próprio e confundo-me um pouco o aparecimento do nada de uma pessoa que se autopromove como provedor. E este está mandatado por quem?”, questionou José Carlos Batalha, defendendo que esta situação “coloca em causa o papel das Uniões Distritais”.

“No respeito do papel de cada União Distrital, recordo que temos nos estatutos das Uniões a defesa e representação das IPSS e a promoção da autonomia das instituições. Ora, se precisamos de um corpo estranho para acautelar os que cabe às Uniões, então, o que estamos aqui a fazer?”, questionou, acrescentando: “O Conselho Geral é o espaço para resolver as divergências, porque somos uma família. E, depois, queremos impor a ideia à família, porque eram ambições antigas ou reuniões já agendadas. Como é que alguém se pode autointitular Provedor das Instituições sem me perguntar se eu concordo? É que ninguém me perguntou”.

Por seu turno, o presidente da CNIS começou por dizer que não teria escrito

o comunicado sobre o tema “se em lugar do título Provedor da Autonomia das Instituições de Solidariedade fosse Provedor da Autonomia de Instituições de Solidariedade, porque como está é de todas as IPSS”.

“Ora, uma decisão deste género devia ser tomada por todas as Uniões Distritais”, afirmou o padre Lino Maia, lembrando que apenas quatro UDIPSS (Algarve, Braga, Évora e Viana do Castelo) subscreveram a criação da figura.

“É uma violação grosseira por parte de algumas Uniões Distritais, porque conhecem os estatutos da CNIS, ou, então, é uma moção de censura à CNIS”, afirmou, sublinhando: “Acho que é uma moção de censura, pelo que tem de ser votada por todas as Uniões e foram apenas quatro a decidir”.

Por outro lado, o padre Lino Maia considerou ainda que “olhando para a figura, não para a pessoa, assumo que assume de forma exclusiva a defesa da autonomia das IPSS”, questionando de seguida: “É a única atividade ou é o único a defender?”.

Considerando a decisão de “arbitrária e abusiva”, até porque esta matéria “nunca foi colocada em cima da mesa”, pelo menos desde 2006, altura em que assumiu o atual cargo, o presidente da CNIS afirmou: “Duvido que as Uniões Distritais aderentes tenham consultado as suas associadas”.

“Considero que temos o direito e o dever de nos pronunciarmos sobre o facto de alguém se arvorar em paladino da defesa da autonomia das IPSS. Não admito que alguém apareça a pronunciar-se em nome de todas as instituições de solidariedade”, asseverou o presidente da CNIS, indo mais longe: “Exijo às quatro Uniões Distritais que se retire o ‘das’ e se coloque ‘de’ na designação do provedor”.

“O Provedor da Autonomia está a violar a autonomia das IPSS”, rematou.

Na ausência da UDIPSS Braga no Conselho Geral, coube às Uniões de Algarve, Évora e Viana do Castelo fazer a defesa da sua dama.

José Carreiro, da URIPSS Algarve, corroborou a ideia de “família”, mas considerou que “isto não tem nada que ver com a CNIS e não interfere com a ação da CNIS”, justificando: “Pode ser um contrapoder, que a CNIS não pode ser, porque negocia com o Estado. Depois, Gonçalo Simões de Almeida conhece bem a matéria das IPSS. Isto não interfere com a CNIS, porque vai



defender as instituições dos quatro distritos que lhe peçam para intervir”.

Afirmando intervir “com respeito pela CNIS, pela sua história, pelos seus órgãos e pelo seu presidente”, Tiago Abalroado, da UDIPSS Évora, defendeu que “a iniciativa do Provedor da Autonomia não nasceu contra a CNIS”, “não nasceu para substituir a CNIS”, “não nasceu para negociar em nome do sector” e “não nasceu para criar uma representação paralela das IPSS”.

Sustentando que “é um instrumento das Uniões que o instituíram”, pelo que “não representa todas as IPSS de forma universal”, resultando de “um mandato funcional, gratuito, limitado e subordinado às Uniões aderentes”.

“Naturalmente, este Conselho Geral pode ouvir, refletir e recomendar. O que não pode nem deve é transformar-se numa

instância de censura, julgamento ou validação prévia das decisões internas das direções das Uniões. As decisões das Uniões respondem perante as suas associadas. Não perante dinâmicas ou entendimentos formados noutros contextos”, argumentou Tiago Abalroado, acrescentando: “O que mais me preocupa não é que haja divergência. A divergência é legítima. O que me preocupa é o modo como a divergência foi tratada. Antes de se produzir uma posição pública, teria sido adequado ouvir diretamente as quatro Uniões envolvidas. Antes de se expor o tema à base de todo o sector, teria sido importante esclarecer, perguntar, confrontar posições e garantir contraditório”.

A terminar, o presidente da UDIPSS Évora afirmou que “uma CNIS forte não deve reechar Uniões ativas, deve valorizá-las”, lembrando: “Aliás, esta iniciativa

a do Provedor da Autonomia



nunca foi fechada. As Uniões foram convidadas a conhecer, discutir e, querendo, aderir. A adesão é voluntária. A discordância é legítima”.

“Não temos segundas intenções”, começou por dizer Filomena Araújo, da UDIPSS Viana do Castelo, defendendo que o provedor “é uma mais-valia, porque a CNIS não pode ser contrapoder”.

“Este é mais um instrumento que pode ser muito benéfico face aos ataques à autonomia das instituições, pelo que devia ser de adesão de todas as Uniões”.

O debate foi muito participado, com a maioria das intervenções a contestarem a criação e autonomização da figura do Provedor da Autonomia.

“Isto é uma não questão, não fosse uma questão bizarra”, afirmou André Rico, da UDIPSS Lisboa, acrescentando: “Não quero crer que isto seja um disfarce de algo.

Não tem legitimidade e não passa de uma medida populista”.

“Aqui há muitas vozes e dividir só enfraquece”, sustentou André Rico, afirmando: “Ou acreditamos que a CNIS é um corpo vivo, que pode ainda resolver problemas, ou somos uns meros veladores de corpo presente”.

Pela UIPSS Coimbra, Gil Tavares, começou por lembrar que em janeiro próximo há eleições para os órgãos sociais da CNIS a que se pode candidatar qualquer associado e demonstrou estranheza com toda a situação.

“Estranho a atitude das Uniões de Évora, Algarve, Braga e Viana do Castelo em delegar numa terceira pessoa a defesa da autonomia das suas associadas, porque vos reconheço mérito e capacidade para o fazer”, afirmou, frisando: “Esta autonomia está consagrada nos vossos estatutos que

aceitaram cumprir e respeitar”.

Por outro lado, Gil Tavares, que também estava em representação da FAPPC (Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral), considerou “claramente abusivo” o facto de “os estatutos do Provedor e recomendações nunca se referir exclusivamente às Uniões que o promoveram, mas sim a todas as IPSS”.

A terminar, e ainda antes de propor ao Conselho Geral a votação da «Moção de repúdio e rejeição da figura do ‘Provedor da Autonomia’», partilhou uma dúvida: “Uma vez que o dr. Gonçalo Simões de Almeida numas comunicações assina como Provedor e noutras como sócio da KGSA, surgem dúvidas a que título realmente assina o e-mail de 27 de março de 2026 enviado aos presidentes das Uniões e Federações”.

Apesar de estar “de acordo com a ideia”, Lacerda Pais, da UDIPSS Aveiro, considerou que a situação configura “um pecado original, porque estamos a abrir a porta à criação de vários grupos”, pelo que “discordo dos termos em que é apresentada”, explicou.

Na linha da maioria, Fernando Sousa, da UDIPSS Setúbal, sustentou que “não há motivo para aparecer alguém, autonomizado, para defender a nossa autonomia, porque isso cabe-nos a nós”.

“Existem meios próprios na Confederação e das Uniões para defender as instituições”, defendeu, sublinhando: “Há muito a mudar na CNIS, mas estamos perante um senhor que se autointitula provedor e que vem resolver os nossos problemas. Estamos em ano de eleições e isto é negócio”.

“A CNIS não é só negociadora, essa é apenas uma das missões, porque, entre outras, está a defesa dos direitos das IPSS”, referiu Maria José Miranda, da UDIPSS Porto, questionando: “O que é que tem mais força junto da ministra, da secretária de Estado ou do Instituto da Segurança Social, uma carta assinada pelo presidente da CNIS ou uma do provedor?”.

Para a União do Porto, “é importante que não se coloque mais um agente no processo, pelo que isto é um tiro no pé”, até porque “o presidente da CNIS reúne com as entidades, não envia cartas”.

Para Carlos César, da FITI (Federação das Instituições de Terceira Idade), “isto é uma assessoria com nome pomposo”,

enquanto que para Davide Catarino, da UDIPSS Santarém, “o único resultado seria o enfraquecimento da CNIS”.

“A ideia está ferida de morte, porque a representatividade é pequena e é uma pessoa sem prestígio nacional”, defendeu Davide Catarino.

Por seu turno, Telmo Mesquita, da UIPSSD Bragança, considerou “importante que exista um provedor de autonomia, mas no seio da CNIS e das outras Entidades Representativas do Sector Social Solidário”, defendendo que “não há necessidade da criação de uma figura que é uma afronta à CNIS”.

“O provedor não nos representa, emite pareceres para quem os quiser ler”, rematou.

Por fim, João Canedo, da URIPSS Açores, defendeu que “a primeira coisa que deviam ter feito era falar com o presidente da CNIS”, acrescentando: “Não posso concordar com isto, até porque comigo também não falaram”.

O debate encerrou com a aprovação da moção proposta pela UIPSS Coimbra e com o presidente da Mesa da Assembleia Geral a propor que o Conselho Geral mandatasse o presidente da CNIS para solicitar a rejeição formal da designação do Provedor da Autonomia das Instituições da Solidariedade.

Apesar de este tema ter, de alguma forma, dominado o Conselho Geral de 4 de maio, outros assuntos foram abordados, com destaque para os protocolos com a ANAFRE e a ANMP, o webinar explicativo da Adenda 2026 e o Encontro com as IPSS e Uniões da Zona Centro, que decorrerá no dia 20 de maio, no Seminário de Leiria.

Já sobre a Festa da Solidariedade 2026, ficou a saber-se que decorrerá em Aveiro, no dia 16 de outubro, com a Chama a percorrer o distrito entre os dias 12 e 15, sendo que neste último dia arranca o Congresso CNIS, subordinado ao tema «Pobreza e Proteção Social», que se prolonga pela manhã do dia 16.

Em Leiria, onde estava previsto realizar uma primeira Festa da Solidariedade de 2026, face à situação calamitosa em que a região ficou com a passagem do «Comboio de Tempestades», no final de janeiro, a opção é não realizar a festa, mas levar a Chama da Solidariedade ao distrito, entre os dias 6 e 10 de outubro.

PEDRO VASCO OLIVEIRA
(TEXTO E FOTOS)

APPACDM DO PORTO

Estão abertas as inscrições para a 19ª edição do Cridem

Estão a decorrer as inscrições para a 19.ª edição do CRIDEM –Concurso Nacional de Obras de Expressão Plástica de Pessoas com Deficiência Intelectual, iniciativa promovida pela APPACDM do Porto.

O Cridem é um concurso nacional de obras de expressão plástica de

peças com deficiência intelectual, de tema livre, dirigido às instituições que as apoiam. A 19ª edição do Cridem tem como parceiros a Fundação Manuel António da Mota e a Fundação Montepio, contando ainda com o apoio institucional da Humanitas (Federação Portuguesa para a Deficiência Mental) e do

INR (Instituto Nacional para a Reabilitação). O Cridem 2026 cumpre 35 anos de afirmação da arte como expressão de identidade e como instrumento de transformação social.

Nesta edição, os prémios foram reforçados: 1.º Prémio Fundação Manuel António da Mota – 3.500 euros; 2.º Prémio Fundação Montepio – 2.500

euros; 3.º Prémio Porto – 1.500 euros; Prémio Aires Moreira (melhor conjunto de obras) – 1.000 euros.

Cada instituição pode submeter até três obras, independentemente das suas respostas sociais e não por CACI, e a entrega das obras decorrerá de 18 a 31 de maio, de forma presencial ou via CTT para a morada: Travessa da Costibela, 85, 4100-186 Porto.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

APCC E TAGV estabelecem parceria a pensar na inclusão e acessibilidade cultural

A Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) e o Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV) formalizaram um protocolo de cooperação que visa “promover a acessibilidade cultural e a participação plena de pessoas com deficiência, incapacidade ou em situação de vulnerabilidade”.

O acordo, assinado no passado dia 28 de abril, nas instalações da APCC na Quinta da Conraria, pelo presidente da Associação, Carlos Condesso, e pelo diretor do TAGV, Sílvio Correia Santos, “permite que, a partir de agora, fique definida uma base de trabalho contínuo entre as duas instituições, reconhecendo a cultura como um fator essencial de inclusão”.

A parceria agora protocolizada prevê, nomeadamente, “o desenvolvimento de ações que tornem a fruição e a prática culturais progressivamente mais acessíveis e significativas para todos os públicos, que incluirão iniciativas artísticas conjuntas dirigidas a toda a comunidade”.

Neste contexto, o grupo de teatro Projeto Estúdio, que junta utentes da APCC, foi já convidado para se juntar às sessões de leituras partilhadas promovidas pelo coletivo declAMAR Poesia no TAGV, tendo criado a partir desse estímulo o seu novo programa de ação para 2026.

No âmbito desta colaboração, “cabem também o trabalho comum com os

objetivos de criar condições de acolhimento mais inclusivas, de promover mais atividades com recursos de acessibilidade, de proporcionar a capacitação de equipas técnicas e artísticas e de desenvolver ações de mediação cultural, visitas guiadas e outras iniciativas que aproximem diferentes públicos da programação artística do Teatro”.

Com esta parceria, “a APCC e o TAGV afirmam uma estratégia conjunta orientada para alargar o acesso à cultura, diversificar os públicos e criar condições reais de participação, contribuindo de forma consistente para uma comunidade mais coesa e inclusiva”, termina a nota enviada ao SOLIDARIEDADE.



COMUNICADO CONJUNTO COM A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO AUTISMO

Humanitas critica insuficiência dos apoios para deficiência e doença mental

A Humanitas e a Federação Portuguesa do Autismo (FPDA) consideram insuficiente o aumento nos apoios para 2026, fixado em 4,7%, abaixo dos 4,9% de 2025, já na altura criticado também por ser insuficiente.

As duas federações para a deficiência e doença mental consideram a atualização de 4,7% “um atentado à estabilidade das instituições” e “prova inequívoca” de “falta de compromisso do Estado”.

“Perante o atual disparo generalizado dos preços, o Governo português conseguiu a ‘proeza’ de diminuir o aumento destes apoios”, criticaram, em comunicado, as duas federações, que olham para o valor como um “atentado à estabilidade das instituições e uma prova

inequívoca da falta de comprometimento do Estado com este sector”, tendo já pedido uma reunião à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho.

As federações denunciam a “ausência de uma estratégia consistente e estruturada para esta área” e questionam a fórmula de cálculo de custos usada para definir o montante dos apoios, salientando, por exemplo, que custos com gás e combustíveis “representam uma grande fatia das despesas”.

“As federações questionam como pode ser aceite uma redução efetiva da participação estatal, colocando em causa a sustentabilidade das respostas sociais. Para se perceber a

insuficiência dos referidos 4,7%, basta salientar que as muitas instituições que integram as duas federações foram obrigadas a cumprir aumentos salariais para os seus colaboradores na ordem dos 5,7% e a sentirem aumentos nas suas compras na ordem dos 4%”, acusam no comunicado.

As instituições apontam ainda o caso específico dos apoios às valências de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Residência de Autonomia e Inclusão (RAI), “consideradas centrais no atual paradigma de intervenção social”, por serem as que garantem maior autonomia das pessoas com deficiência e que “não registam qualquer aumento de financiamento”.

As federações apontam ainda críticas ao

modelo de financiamento imposto aos novos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), prevendo-se uma majoração de 3% sobre o aumento de 4,7% se a portaria que estabelece as regras de funcionamento e de recursos humanos destes novos centros for implementada, numa estrutura “que se mostra financeiramente incomportável para as organizações, que por este motivo, na sua esmagadora maioria, ainda não a aplicaram.

“Esta portaria encontra-se prorrogada até junho e, por isso, estas federações não podem aceitar que os montantes de financiamento dependam da sua implementação, situação que gera incerteza e grande incompreensão”, termina o comunicado.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhorar a qualidade dos seus serviços e aumentar a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em outsourcing.



EDITAÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS



SERVÍCIOS PLATEIAÇÃO



RETRIBUIÇÃO DIRETA



REGISTRAÇÃO PÚBLICA E SISTEMAS DE EVENTOS



RENDIC



REPRESENTAÇÃO FISCAL



PRODUÇÃO ALFABÉTICA



SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E ELETRÓNICA



LENGUA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

www.trivalor.pt

UNIDADE OPERATIVA TRIVALOR-SCS-SC

ROSA DA SILVA, Nº 20 - 2150-010 COIMBRA
TEL: 202 400 200 / 202 400 200
FAX: 202 400 200 / 202 400 200
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

DIAS 14 E 15 DE MAIO COM ORGANIZAÇÃO DA HUMANITAS E DA EASPD

Conferência vai debater mudança organizacional na área da deficiência

Nos próximos dias 14 e 15 de maio, no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, a Humanitas e a Associação Europeia de Prestadores de Serviços para Pessoas com Deficiência (EASPD) organizam a conferência «Leading Change in Disability Services», “uma oportunidade única de partilha de conhecimento e experiências com organizações de outros países, promovendo o intercâmbio de boas práticas e o

fortalecimento de redes internacionais”, sustenta a organização.

Na conferência, que contará com tradução simultânea, garantindo total acessibilidade a todos os participantes, pretende “repensar os serviços de apoio à deficiência”, indo para tal reunir na Alfândega do Porto líderes e profissionais de serviços para pessoas com deficiência para aprenderem como impulsionar a mudança organizacional.

“Analisaremos como os serviços podem: modernizar os modelos de governação e de gestão; melhorar a eficiência organizacional; e responder à escassez de recursos humanos e aos desafios financeiros”, informa a organização.

Assim, no Porto, será debatido de que forma os prestadores de serviços podem reforçar a sua capacidade organizacional, aumentar a eficiência e garantir elevados padrões de qualidade e excelência nos apoios

prestados às pessoas com deficiência.

A conferência propõe um programa “único e interativo”, estruturado em torno de cinco temas interligados: Gestão de recursos humanos; Liderança e gestão da mudança; Capacitação organizacional; Gestão e planeamento financeiro; e Comunicação e advocacy.

O programa arranca no dia 13, à tarde, com a pré-inscrição e uma sessão de formação DIGIT-ABLE

– Tecnologias de apoio no trabalho: eliminar barreiras e libertar o potencial humano.

Todo o programa pode ser consultado no sítio da Internet da www.easpdconference.eu.

De salientar que a EASPD é a principal entidade representativa dos serviços para a deficiência a nível europeu, promovendo políticas, práticas inovadoras e a melhoria contínua da qualidade dos serviços.

MAIS POLVOREIRA, GUIMARÃES

Investimento de 189 mil euros em quatro novas viaturas

A Mais Polvoreira, de Guimarães, apresentou quatro novas carrinhas, para apoiar as diferentes respostas sociais que a instituição desenvolve.

Assim, a IPSS passa a ter uma carrinha adaptada para o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), no valor de 37.500

euros, e ainda uma viatura de cinco lugares, para transporte de utentes do Centro de Dia e apoio logístico e de intervenção social, no valor de 34.500 euros.

Alinhada com a estratégia de Guimarães Capital Verde Europeia, a instituição

apostou, igualmente, na sustentabilidade ambiental, investindo em dois veículos elétricos.

Uma carrinha de sete lugares, adaptada a mobilidade reduzida, no valor de 76.000 euros, e uma outra de nove lugares, no valor de 41.000 euros.



ASSOCIAÇÃO RECREIO DO CARAMULO, TONDELA

Obras de requalificação tiveram um custo de 475 mil euros

A Associação de Solidariedade Social Recreio do Caramulo inaugurou, no passado dia 30 de abril, as obras de requalificação das suas instalações, um investimento de cerca de 475 mil euros, apoiado pela Câmara Municipal de Tondela, Estado e Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A autarquia financiou a empreitada da valência respeitante ao Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) com 50 mil euros, tendo a Direção-Geral das Autarquias Locais e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, ao abrigo do Programa Equipamentos financiado com igual valor.

O PRR financiou a requalificação da Creche da instituição com mais de 108 mil euros.

Ao financiamento do Município de 50 mil euros, somase uma outra ajuda de 120 mil euros atribuída pela câmara e que permitiu ao Recreio do Caramulo manter em funcionamento a valência de Creche, que chegou a ser sinalizada pela Segurança Social para encerrar em finais do ano de 2021.

A autarquia atribuiu ainda um subsídio de 137.500 euros para que a instituição social possa suportar os encargos inerentes ao empréstimo bancário que permitiu financiar a sua

parte da intervenção.

O edifício-sede do Recreio do Caramulo teve uma profunda remodelação, conseguindo mais espaço e áreas com mais comodidade e funcionalidade. A creche passa a ter três salas.

Atualmente a creche da instituição é frequentada por 23 crianças, enquanto o SAD serve 23 utentes.



FAMALICÃO

Autarquia atribui mais de 230 mil euros a cinco instituições

São mais de 230 mil euros que o Centro Social e Cultural de S. Pedro de Bairro, o Centro Social da Paróquia de Joane e de Landim, a Socialeloos - Associação Social de Fradelos e a ACIP - Ave Cooperativa de Intervenção Psico-social vão receber do município de Vila Nova de Famalicão para a conclusão das obras de construção, remodelação e ampliação das suas instalações.

A atribuição de nova parcela de apoios às cinco IPSS famalicenses, no valor de 230 mil euros, foi aprovada em reunião do executivo camarário.

“As respostas sociais que as IPSS desenvolvem no terreno são essenciais para reforçar a rede de apoio às famílias famalicenses”, sublinhou Mário Passos, presidente da autarquia, na ocasião, acrescentando: “Este investimento vai permitir que as instituições concluam as suas obras e modernizem as suas instalações, aumentando assim a sua capacidade de resposta ao nível da primeira infância, no apoio à população idosa e a todos os cidadãos que necessitam de cuidados especiais”.

Opinião

Henrique Rodrigues
Presidente do Centro Social de Ermesinde



A Semana Mágica

1 - Todos os anos se repete a magia: a alma entra em modo de euforia em 25 de Abril e assim permanece durante uma semana, até ao dia 1 de Maio.

Para as pessoas da minha geração, trata-se de reviver em cada ano esse período luminoso que decorreu, há 52 anos, entre a queda da ditadura do Estado Novo e a consagração do novo regime político, que se tem considerado ter ocorrido pela adesão torrencial do povo português à liberdade restituída, simbolizada pela manifestação do Dia do Trabalhador, em 1 de Maio de 1974 – quando todos os sonhos eram possíveis.

Este ano, num reforço simbólico da data, no dia 25 de Abril perfaziam-se 50 anos sobre a promulgação da Constituição que nos rege e celebrava-se também, quer a longevidade, quer a estabilidade do texto constitucional.

Como vem sendo hábito, lá esteve também este ano, de cravo ao peito, no cortejo do Porto, que saiu do Largo Soares dos Reis, junto da sede da ex-PIDE e que confluiu na multidão que enchia a Avenida dos Aliados, comemorando em conjunto os 52 anos da Revolução e os 50 anos da Constituição de 1976.

Dando razão ao Senhor Presidente da República, o tempo de festejar Abril já não é apanágio datado de velhos, dos que guardam ainda memória viva do que foi o regime deposto e do Movimento das Forças Armadas que o derrubou; antes é desígnio de todos os que amam a liberdade e que pretendem viver num país decente e justo, como afirmou no seu discurso na Assembleia da República, nas comemorações do 25 de Abril.

E, na verdade, convergindo com as palavras de António José Seguro, lá estive eu, no naipe dos mais velhos, dos que viveram os dias da Revolução, a percorrer as ruas do Centro do Porto sob as bandeiras da APRe! – Associação

dos Aposentados, Pensionistas e Reformados -, e estiveram também os meus netos: a neta, de 7 anos, empunhando um cartaz por ela própria elaborado, com as palavras de ordem próprias da data; e o rapaz, de 3 anos, saudando o avô com um sonoro “25 de Abril sempre, fascismo nunca mais”.

Na mesma onda de confirmação do apelo do Presidente da República no Parlamento, se há marca que caracterize o cortejo e a manifestação que se lhe seguiu foi a participação entusiástica de muitos milhares de jovens, que dominou o desfile – replicando a dimensão que ocorrera em 2025.

(A este propósito, não posso deixar de salientar, quer em 2025, quer em 2026, a participação da JSD no cortejo e na manifestação.)

2 - Se há matéria em que a democracia não trouxe melhoria ela é a da coesão territorial, ou da falta dela.

O País está mais desigual e o interior foi abandonado pelos poderes públicos, o que levou a que fosse igualmente abandonado pelos habitantes e despojado dos raros serviços públicos que antes existiam.

Os incêndios são simultaneamente causa e efeito desse despovoamento e o apoio às populações na sequência das calamidades naturais padece da ineficiência de sempre.

Agora foi a vez dos jornais, cuja distribuição cessou nas comunidades afastadas do litoral.

Não é só o interior que tem razões de queixa; as cidades intermédias têm visto o investimento público ser sugado pela Área Metropolitana de Lisboa, reforçando a multiseccular pulsão centralista que é a principal causa do nosso atraso – e que a democracia não resolveu, mantendo a inconstitucionalidade por omissão da criação de Regiões Administrativas.

A este propósito, e porque é do 25 de Abril que trata a crónica, associo-me à proposta de José Pacheco Pereira, no “Público” de 2 de Maio, de instalar no Porto, terra de liberdade e de resistência à ditadura,

o Centro Interpretativo do 25 de Abril, nas instalações da antiga sede da PIDE no Porto, no Largo Soares dos Reis, donde têm partido, como já referi, as manifestações populares que comemoram a Revolução e onde eram todos os anos homenageados pela Oposição Republicana os mártires do 31 de Janeiro, precursores da República, junto ao monumento alusivo existente no Cemitério do Prado do Repouso, sito no mesmo Largo.

Assim se resolveria a balbúrdia que se encontra instalada nos círculos da capital sobre a escolha, ou não-escolha, do local para o referido Centro, atribuindo ao Porto, local das maiores manifestações contra o antigo regime, o Museu do 25 de Abril e da Resistência.

3 - A semana de festa termina no 1º de Maio.

(Já aqui referi, nestas crónicas, há alguns anos, que 1 de Maio é também o dia de nascimento do meu filho mais velho – o que acentua o sentido festivo da data.)

Os festejos do 1º de Maio, quer os promovidos pela CGTP, quer pela UGT, centraram-se este ano na luta contra o projecto de reforma do Código do Trabalho proposto pelo Governo, juntando as duas centrais

sindicais numa muito rara estratégia comum.

Houve quem, da parte do Governo, aventasse que o pendor liberal do projecto, abrindo à negociação directa entre o patrão e o trabalhador algumas disposições relativas à organização do tempo de trabalho, facilitaria o acordo de vontades, dispensando a contratação colectiva, negociada com os sindicatos.

Mas os sindicatos não são uma maçada, um constrangimento do processo negocial.

Nas sociedades democráticas cabe-lhes o papel de tornar menos desigual a relação entre empregador e trabalhador – relação que, sem esse estabilizador, penderia ainda mais para o lado patronal.

O que nos falta na organização social são entidades intermédias fortes, que esbatam as relações de poder e representem interesses colectivos dignos de protecção.

Mesmo nas sociedades abertas e politicamente liberais, é mister criar ou reforçar mecanismos de controlo que diminuam o poder de quem o tem, porque quem o tem tende a abusar dele.

Os sindicatos constituem uma espécie desses mecanismos.

As IPSS também.





**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30

Manuais de procedimentos

19

Manuais de preços

5.800

Produtos disponíveis

4.800.000

€ de faturação

120.000

Terminais de venda
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100%

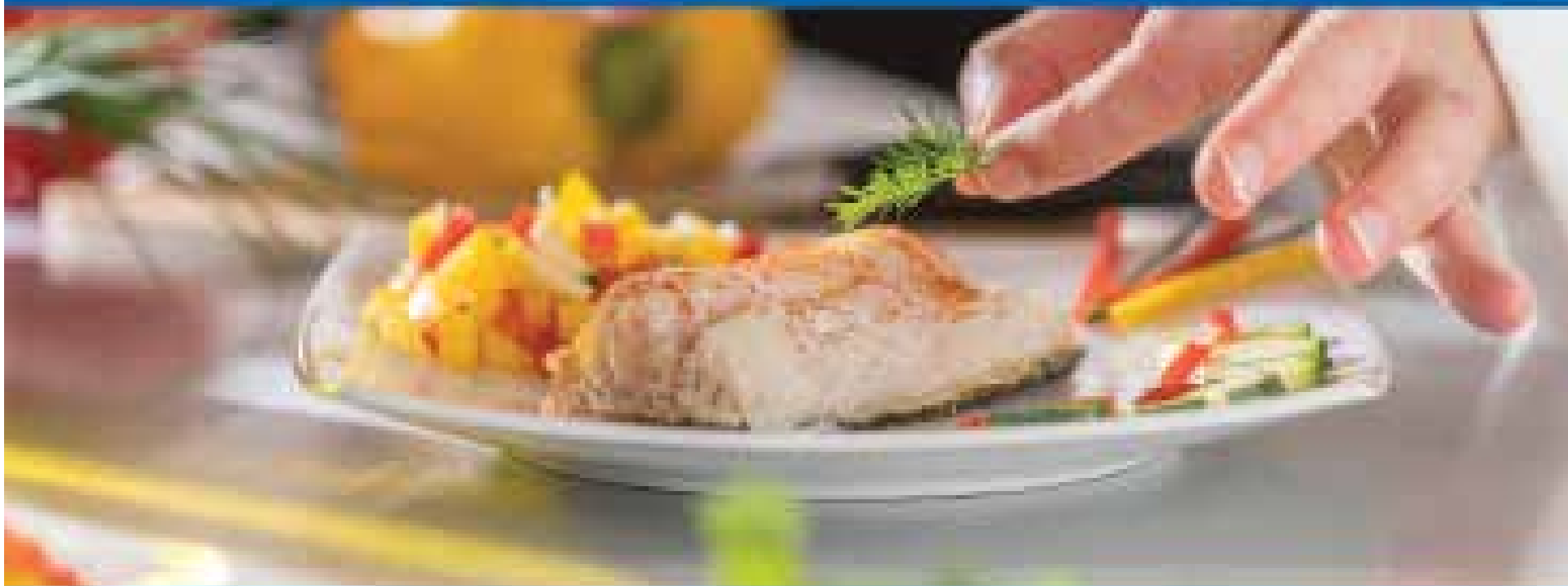
Cobertura Nacional
a nível de Marinha e Açores
e distribuição para Alentejo,
Algarve, Beira Interior,
Alentejo, Beira Litoral e Ribatejo.

+24.000

Produtos e serviços
de alta qualidade

8

Plataformas Logísticas
Lisboa, Ponta Delgada,
Coimbra, Alentejo, Açores,
São Miguel e Terceira
e Madeira



LISBOA: 214 201 888
ALGARVE: 301 404 001
PORTO: 224 244 000

COVILHÃ: 215 000 400
VISEU: 353 430 419
MADEIRA: 213 420 000 / 213 110 000

SÃO MIGUEL: 294 888 900
TERCEIRA: 213 010 948
www.sogemave.pt



certificação
de conformidade
de produtos
e processos

TRIVALOR
FACILIDADE

CONSULTA PÚBLICA

Proposta de alteração ao Código Penal para criminalizar práticas de racismo e xenofobia

A proposta de alteração ao Código Penal para criminalizar todas as práticas discriminatórias motivadas por racismo e xenofobia está em consulta pública, com os promotores a defenderem que a atual lei deixa impunes a maioria dos atos discriminatórios.

A consulta pública começou no dia 18 de março e recebeu, entretanto, oito contributos, estando disponível na página da internet da Assembleia da República e decorrendo esta parte do processo até ao início da votação na especialidade.

A Iniciativa Legislativa de Cidadãos (ILC), apresentada pelo Grupo de Ação Conjunta contra o Racismo e a Xenofobia e subscrita por mais de 34.800 pessoas, pretende alterar o artigo

240.º do Código Penal, eliminando a exigência de que os atos discriminatórios sejam praticados “publicamente” ou através de “meios destinados à divulgação” para configurarem crime.

Segundo os promotores, essa exigência legal faz com que “a esmagadora maioria das situações de discriminação vividas pelas vítimas no dia-a-dia, olhos nos olhos” fique fora da tutela penal, escapando à responsabilização criminal por ocorrer fora das redes sociais, meios de comunicação ou outros espaços públicos.

O grupo, que reúne mais de 80 organizações, sustenta que o atual enquadramento jurídico português “não contempla instrumentos suficientes, eficazes e coerentes” para prevenir

e punir práticas discriminatórias, considerando que o tratamento de muitos destes casos como simples contraordenações constitui “uma afronta aos valores fundamentais” do Estado de Direito democrático.

Os subscritores afirmam que os sucessivos arquivamentos de processos relacionados com discriminação racial e xenofobia demonstram “a ineficácia do sistema legal e judicial”, deixando as vítimas desprotegidas e contribuindo para a normalização da discriminação.

A iniciativa pretende criminalizar práticas discriminatórias motivadas pela origem étnico-racial, nacionalidade, religião, cor da pele, ascendência, território de origem, língua, sexo,

orientação sexual, identidade ou expressão de género, características sexuais ou deficiência física e psíquica.

A consulta pública da iniciativa decorre no portal da Assembleia da República, depois de a comissão representativa dos cidadãos ter sido ouvida, em abril, pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

O Grupo de Ação Conjunta apelou para a participação pública no processo, defendendo que o debate sobre a alteração legislativa deve mobilizar a sociedade portuguesa “na defesa do Estado de Direito” e no combate efetivo ao racismo e à discriminação.

CENTROS DE APOIO À VIDA INDEPENDENTE

CAVI alargados a todo o país até final do ano

A secretária de Estado da Ação Social garantiu que não haverá condição de recursos no acesso à assistência pessoal para pessoas com deficiência e anunciou a expansão deste serviço a todo o país até ao final do ano.

Clara Marques Mendes afirmou que “é falso” que o Governo vá impor condição de recursos para acesso à assistência pessoal para pessoas com deficiência e negou igualmente que vá cortar o financiamento dos 35 Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI).

“Eu posso assegurar e tranquilizar as instituições (...) que em momento algum o Governo referiu condição de recurso”, afirmou a secretária de Estado, em resposta a várias perguntas de deputados sobre os CAVI, no decorrer da audição regimental na

comissão parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Inclusão.

Por enquanto, o serviço de assistência pessoal no âmbito do Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) é gratuito e não depende dos rendimentos do beneficiário ou do seu agregado familiar, sendo financiado por fundos comunitários.

No entanto, o Orçamento do Estado para 2026 prevê que o acesso ao serviço possa depender de condição de recursos.

Clara Marques Mendes anunciou que o trabalho é no sentido de “garantir que até ao final do ano a resposta seja alargada a todo o território nacional”, uma vez que “há dois distritos que não têm ainda a cobertura desta resposta”. “E iremos trabalhar, e também o dissemos na



estratégia para as pessoas com deficiência, para garantir que esta medida deve ser analisada em

conjunto com todos para garantir a sua sustentabilidade”, afirmou.

CRESCE NÚMERO DE CRIANÇAS NASCIDAS EM PORTUGAL

Um terço dos bebés são filhos de mães estrangeiras

O número de crianças nascidas em Portugal aumentou 3,7% no ano passado, para 87.764, sendo que cerca de um terço dos bebés são filhos de mães estrangeiras, anunciou o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Ao divulgar as estatísticas vitais da população relativas a 2025, o INE sublinhou que se agravou o saldo natural, embora a região da Grande Lisboa mantivesse um saldo positivo pelo terceiro ano consecutivo.

O número de mortes aumentou 2,9%, face a 2024, situando-se em 121.817. “Destes, 246 óbitos foram de crianças com menos de um ano (menos oito do que em 2024)”, constatarem os

estatísticos.

A diminuição dos óbitos infantis e o aumento do número de nados-vivos traduziu-se na diminuição da taxa de mortalidade infantil para 2,8 óbitos por mil nados-vivos (3,0 em 2024), segundo a mesma fonte. “O agravamento do saldo natural, em 2025, para -34.053 (-33.754 em 2024) foi, assim, determinado pelo aumento do número de óbitos. A Grande Lisboa foi a única região onde se registou, pelo terceiro ano consecutivo, um saldo natural positivo (+414)”, de acordo com o Destaque publicado pelo INE.

No ano passado, 66,2% do total de nascimentos foi de mães com idades entre os 20 e os 34 anos, 32,1% de mães com 35 anos

ou mais e 1,8% de mães com menos de 20 anos. “Entre 2016 e 2025, registou-se um decréscimo de 0,8 pontos percentuais na proporção de nados-vivos de mães com idades inferiores a 20 anos”, referiu o INE.

Apesar de, nos últimos três anos, a proporção de bebés de mães com 35 ou mais anos se ter mantido nos 32%, no período em análise verificou-se um aumento de 0,6 pontos percentuais na proporção de nascimentos com mães de idade superior a 35 anos.

Em 2025, celebraram-se 37.714 casamentos em Portugal, mais 1.081 do que em 2024, dos quais “36.651 entre pessoas de sexo oposto e 1.063 entre pessoas do mesmo sexo”.

FICHA TÉCNICA



Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

Propriedade:

CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade)
- Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253

Telefone: 22 606 86 14

Fax: 22 600 17 74

e-mail:

jornal.solidariedade@gmail.com

Sede de Redação e de Editor: Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto

Diretor: Padre Lino Maia

Diretor-Adjunto:

Padre José Baptista

Editor: V.M. Pinto

Redação: Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira

Colaboradores: Eugénio Fonseca, Henrique Rodrigues, José Figueiredo e Paulo Pedroso

Estatuto Editorial:

<http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446>

Impressão:

Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Vila Nova de Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares

Depósito Legal n.º 11753/86, ICS-111333

Segurança Social quer que IPSS devolvam 7 milhões de euros

Muitas instituições particulares de solidariedade social (IPSS) do distrito de Braga têm recebido notificações da Segurança Social para a restituição de um total de sete milhões de euros.

Em declarações à Agência Lusa, o advogado da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UDIPSS) de Braga, Rui Barreira, explicou que o problema tem a ver com o funcionamento do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e com “interpretações contraditórias e não uniformes das regras aplicáveis, já amplamente questionadas em tribunal”.

“Já houve 16 processos-crimes em tribunal contra dirigentes de IPSS no distrito de Braga, por alegada burla tributária, e em todos eles o resultado foi a absolvição, mas o ISS continua a enviar notificações de restituição”, referiu.

Em causa estarão interpretações contraditórias das regras aplicáveis aos SAD, designadamente em relação aos “dois serviços” que terão de prestar.

“A fiscalização parte do pressuposto de que terão de ser, por exemplo, um serviço de alimentação e outro de higiene pessoal. O nosso entendimento é de que o almoço e o jantar já são dois serviços diferentes, mas a fiscalização diz que não”, acrescentou Rui Barreira.

Contactado pela Lusa, o Instituto da Segurança Social (ISS) explicou que para uma instituição receber comparticipação por SAD “cada utente tem de beneficiar de um número mínimo de dois serviços”.

“Em 2021, o ISS verificou que diversas instituições interpretavam de forma inadequada as regras aplicáveis à resposta social de SAD, em especial, quanto ao número mínimo de serviços para haver comparticipação financeira da Segurança Social”, acrescentou.

Disse ainda que em 2025, “para repor a certeza jurídica”, o ISS deliberou a uniformização da interpretação das regras do SAD, incluindo o conteúdo e a periodicidade dos serviços e a sua cumulação com outras respostas sociais.

“À luz da interpretação uniformizada das regras do SAD, os processos de reposição administrativa e de averiguação para inquérito crime que já tinham sido abertos, desde 2021, e que se encontravam suspensos a aguardar a uniformização da interpretação, foram reavaliados”, acrescenta.

Para a UDIPSS, a atuação do ISS nos processos de reanálise em curso “é ilegal, desproporcionada e violadora de princípios

fundamentais do Estado de direito”.

Em causa, acrescenta, estão exigências de devolução de montantes que chegam aos 600 mil euros, “sem audição prévia das instituições, sem fundamentação adequada e com total desconsideração pela realidade dos serviços efetivamente prestados”.

“Diversas decisões judiciais têm vindo a absolver instituições e a afastar responsabilidades criminais, colocando em causa os pressupostos utilizados pela própria Segurança Social. Apesar disso, os mesmos critérios continuam a ser aplicados, originando prejuízos financeiros graves, danos reputacionais e pressão injustificada sobre dirigentes e profissionais do setor social”, aponta.

O ISS diz que o Centro Distrital de Braga da Segurança Social procedeu à reavaliação de 37 processos, sendo que em oito deles dívida foi reduzida e três foram extintos.

“Os restantes processos seguiram o código de procedimento administrativo tendo havido, nomeadamente, lugar a audiência de interessados das entidades notificadas”, refere.

Para o ISS, esta reavaliação “configura não apenas um mecanismo corretivo de reposição da legalidade, mas a garantia de equidade no tratamento das entidades de todo o país”.

“Até à data, os casos arquivados pelos tribunais das comarcas do distrito de Braga foram casos em que o tribunal não considerou reunidos os elementos probatórios necessários para imputar a prática do crime de burla tributária contra a Segurança Social, tornando improcedentes os pedidos de indemnização civil. Mas estes arquivamentos não implicam a anulação da obrigação de reposição de valores recebidos indevidamente, de acordo com as regras do código do processo administrativo”, remata o ISS.

Lavandarias Profissionais IPSS



Miele

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MALA TELM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial
Miele